



Projeto de Pesquisa

Jornalismo e direitos humanos:

Apontamentos sobre o comportamento da Imprensa diante de conflitos sociais

Jorge Kanehide Ijuim

Período: 1^o de março/2019 – 28 de fevereiro/2022

Resumo:

Por meio do presente projeto de pesquisa proponho-me a centrar esforços na relação entre o Jornalismo e os Direitos Humanos, em especial observar o comportamento da Imprensa diante de conflitos sociais. Em pesquisas anteriores, dediquei-me aos estudos sobre as influências do Pensamento Moderno nos modelos jornalísticos. As aproximações e conexões são amplas e intensas e carecem aprofundamento. Se o Jornalismo é um processo social de ações conscientes, controladas e controláveis, e se cada jornalista é responsável moral pelos seus fazeres (CHAPARRO, 1994), sua âncora ética está na própria Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Diante dessa perspectiva, destaco a seguinte pergunta de pesquisa: Qual o tratamento da Imprensa diante de temas emergentes? Para enfrentar a esta indagação, merecem atenção as questões étnico-raciais, as minorias, as questões de gênero, as questões indígenas, entre outras. Por isso, os objetivos deste estudo são: (1) aprofundar o conhecimento e a crítica sobre as ideias da Modernidade com relação aos direitos humanos e à cidadania; ao mesmo tempo, (2) compreender e criticar o componente ético-epistemológico inerente ao processo jornalístico; (3) avançar na construção de uma crítica ao pensar e ao fazer jornalísticos com vistas aos processos de humanização/desumanização. A metodologia que deverá sustentar as investigações reúne o método Filosófico de Folscheid e Wunenburger (1997) e a Análise Crítica da Narrativa, de Luiz Gonzaga Motta (2013), além de consulta a profissionais e especialistas por meio de entrevistas (DUARTE, 2006).

Palavras Chave:

Jornalismo e sociedade; Direitos Humanos; Cidadania; Modelos jornalísticos; Epistemologia.

1. Apresentação:

Ao concordar com os estudos de Cremilda Medina (2008), entendo que as bases para a estruturação dos modelos do Jornalismo Moderno foram estabelecidas no Século XIX, sob os influxos do pensamento funcional-positivista. Ali “se propõem gramáticas, presentes tanto na metodologia da pesquisa do conhecimento

científico quanto na de captação e narrativa da contemporaneidade que se difunde nos meios de comunicação social” (MEDINA, 2008, p. 18).

Num período de transição ao que Charron e Bonville (2016) distinguem entre um *jornalismo de opinião* para um *jornalismo de informação*, o conhecimento pragmático proposto por Augusto Comte ganhou destaque. Para esse pensador, a eficácia científica depende da relação direta ou indireta com os fenômenos observados. O caráter utilitarista de sua proposta fica evidente ao considerar que “a observação é a única base possível dos conhecimentos acessíveis à verdade, adaptados sensatamente às necessidades reais” (*apud* MEDINA, 2008, p. 18). Assim também, o tom determinista adquire ênfase quando assevera que “o verdadeiro espírito positivo consiste, antes de tudo, em ver para prever, em estudar o que é, a fim de concluir disso o que será, segundo o dogma geral da invariabilidade das leis naturais” (*ibid* p. 19).

A Imprensa, como a nova indústria da informação, incorpora não somente os modos de produção de uma fábrica como o pensamento predominante ocidental. Em tais circunstâncias, foram fincados os fundamentos para o Jornalismo que se pratica até nossos dias. A ciência e seu braço operativo, a tecnologia, desenvolvem novas plataformas, o mercado da informação se reinventa e se reestrutura, mas a essência do pensar e do fazer jornalísticos ainda persiste, sobremaneira, assentada nos princípios desenhados no Século XIX.

Por essas razões, tenho investigado, nos últimos anos, as relações entre o Pensamento Moderno e os modelos jornalísticos. Por modelos tenho entendido o pensar e os fazeres do Jornalismo, ou seja, técnicas e procedimentos para suas práticas e, especialmente, o modo de pensar que leva a esses fazeres. As aproximações e conexões são amplas e intensas e carecem ainda de aprofundamento. Assim, por meio do presente projeto de pesquisa proponho-me a avançar nesse caminho, agora centrando esforços na relação entre o Jornalismo e os Direitos Humanos, em especial observar o comportamento da Imprensa diante de conflitos sociais. Destaco desde já a seguinte pergunta de pesquisa: Qual o tratamento da Imprensa diante de temas emergentes? Para enfrentar a esta indagação, merecem atenção as questões étnico-raciais, as minorias, as questões de gênero, as questões indígenas, entre outras.

Tais preocupações não têm sido em vão. Em minhas investigações sobre a imprensa brasileira, ao analisar uma quantidade expressiva de reportagens, pude observar a manutenção de estereótipos, a naturalização de preconceitos seculares sobre grupos sociais tradicionalmente estigmatizados. A Imprensa enquanto instituição e o Jornalismo enquanto prática social têm como um de seus papéis transformar? ou legitimar vícios e paixões da sociedade a que se presta a servir?

Este sentimento de dúvida e de inquietação é ponto de partida desta pesquisa. Se os fazeres são consequências do pensar, há que se buscar a compreensão dos fatores que forjam o comportamento da Imprensa e de seus agentes – os jornalistas.

2. Problematização:

O Conselho Internacional de Política de Direitos Humanos, órgão da ONU, destacou em um de seus relatórios mais recentes¹ as seguintes questões:

- Quando se trata de direitos humanos, os meios de comunicação informam de maneira adequada? Como deveriam os próprios jornalistas e editores julgar a qualidade de suas reportagens neste campo? Que pressões têm de suportar, que limitações enfrentam e como podem se gerenciar melhor?

Estes questionamentos também têm permeado minhas pesquisas. Enquanto governos e líderes políticos recorrem às normas de direitos humanos com maior frequência para a formulação de seus discursos, os esforços para o estabelecimento de políticas públicas nessa direção não caminham na mesma proporção.

O relatório não sugere que o tema seja mais importante que outras informações. Os direitos humanos apresentam características específicas como, por exemplo, sua definição legal e sua aplicação. Assim como a mídia, os direitos humanos ocupam posição central no processo político e, por isso, o relatório sustenta que os jornalistas e os editores têm o dever profissional de cobrir e explicar as questões de direitos humanos com precisão. Segundo o relatório, atualmente isto não tem

¹ Sintetizado no artigo “Jornalismo, Mídia e o desafio da reportagem em Direitos Humanos”, disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/midia/jornalismo_midia_dh.pdf

sido suficientemente bem feito e, como resultado, o público que depende dos meios de comunicação para obter sua informação, se torna incapaz de compreender ou julgar corretamente a atuação e as políticas dos governos.

Se o Jornalismo é um processo social de ações conscientes, controladas e controláveis, e se cada jornalista é responsável moral pelos seus fazeres, que estão vinculados aos motivos éticos próprios do Jornalismo, Caparro (1994) defende que essa âncora ética está na própria Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Ou seja, o dever profissional a que se refere o relatório do Conselho Internacional já mencionado é, antes de tudo, um dever moral.

Cremilda Medina, em outra obra (MEDINA, 2003), destaca que o comunicador enfrenta três desafios em suas tarefas cotidianas: *técnico, ético e estético*. Assim, temos um componente *técnico*, amplamente desenvolvido a partir da Modernidade, que é a busca do aperfeiçoamento das narrativas e os recursos tecnológicos como meios que podem levar à veracidade e à compreensão dos fenômenos complexos cognitivos e sociais. Pelas técnicas narrativas, cada vez mais aperfeiçoadas, o comunicador desenvolve sua capacidade de expressão e apreensão do discurso do outro. Em seguida, admite-se uma dimensão *estética* (percepção sobre os acontecimentos), que transcende as técnicas para alcançar a criatividade, para levar às narrativas signos contextualizados e regenerados e dar vazão à visão solidária e à intuição – pela empatia, sentimento de intimidade. Por fim, no sentido *ético* encontra o campo que permite a elevação do nível de sua consciência e o alargamento de sua visão de mundo, aceitando a alteridade; no aperfeiçoamento ético está a âncora do fazer jornalístico, que também lhe permite a sintonia e a cumplicidade com o universal – compaixão, solidariedade. Nesse esforço contínuo, está o quesito indispensável de reflexão.

Ao *desafio ético* assinalado por Medina, acrescento à discussão a forma expressiva *ético-epistemológica*. Tomo este termo emprestado dos estudos de Gislene Silva quando trata dos critérios de noticiabilidade². Em suas palavras,

Estudar a seleção implica, inclusive, rastrear os julgamentos próprios de cada seletor, as influências organizacionais, sociais e culturais que este sofre ao fazer suas escolhas postadas em

² SILVA, G. Para pensar os critérios de noticiabilidade. In: **Crítérios de noticiabilidade: Problemas conceituais a aplicações.**

diferentes cargos na redação, e até mesmo a participação das fontes e do público nessas decisões (SILVA, 2014, p. 54).

O “rastrear julgamentos, as influências organizacionais, sociais e culturais e as escolhas” a que se refere, portanto, associam-se diretamente ao que chama de “visão dos fatos” – uma visão de mundo que determina certa postura da Imprensa enquanto instituição e do próprio jornalista. Estes determinam tanto o pensar quanto o fazer jornalísticos. Por isso, esta pesquisa deverá ocupar-se de avançar na reflexão sobre fatores e motivações que influenciam no comportamento da Imprensa na cobertura de conflitos sociais emergentes.

3. Objetivos:

Gerais:

Compreender a relação entre o Jornalismo e os Direitos Humanos, em especial observar o comportamento da Imprensa diante de conflitos sociais.

Específicos:

Aprofundar o conhecimento e a crítica sobre as ideias da Modernidade e suas influências sobre o Jornalismo, especialmente com relação aos direitos humanos e à cidadania;

Compreender e criticar o componente ético-epistemológico inerente ao processo jornalístico;

Avançar na construção de uma crítica ao pensar e ao fazer jornalísticos com vistas aos processos de humanização/desumanização.

4. Justificativas:

O grande tema que tem inspirado minhas pesquisas desde 2012, me permite olhar cada vez com mais nitidez ao objeto de pesquisa. Tem sido possível constatar conquistas e dificuldades promovidas pelo Pensamento Moderno na prática jornalística.

Por um lado, conforme alerta Medina, a doutrina positivista reflete tanto nas salas de redação, que estabeleceram suas rotinas e seus manuais, como constituiu cânones na literatura especializada, como também tem influenciado a formação universitária do nosso campo. Nessas três instâncias, estão presentes os dogmas propostos por Comte: “aposta na objetividade da informação, seu realismo

positivo, a afirmação de dados concretos de determinado fenômeno, a precisão da linguagem” (MEDINA, 2008, p. 25). O rigor científico traduziu-se em trabalho de apuração e checagem de dados, com ganhos em precisão. Assim, “o gênero reportagem cria condições para a narração da experiência humana na forma de cenas vivas do cotidiano” (MEDINA, 2008, p. 26).

Mas este espírito predominante também levou à Imprensa posturas que provocaram desvios fundamentais. Como ressalta Boaventura de Sousa Santos (2010), a Ciência Moderna adquiriu o status de modelo único, que reduz os fatos sociais às suas dimensões externas, observáveis e mensuráveis. Santos acredita que esta lógica, ao enfatizar o real e o útil, privilegia a relação *sujeito-objeto*. Na maioria das vezes adequado nas ciências naturais, no campo social esta objetivação desliza ao enxergar fenômenos também como objetos (coisificação). Esta racionalidade científica, “fundamentada no rigor matemático, quantifica e, ao quantificar, desqualifica; ao objetivar os fenômenos, os objetualiza e os degrada e, ao caracterizar os fenômenos, os caricaturiza” (SANTOS, 2010, p. 54). Este equívoco se repete no jornalismo ao encarar a maioria dos acontecimentos como “coisas”.

No mesmo sentido, esta racionalidade científica promoveu como um dos ‘efeitos colaterais’ (igualmente incorporados aos modelos jornalísticos), uma ética que privilegia a explicação, a que Edgar Morin se contrapõe. Para o autor, a realidade é complexa e requer uma ética da compreensão (MORIN, 2000). Ora, as narrativas jornalísticas não podem se restringir ao relato de fatos e explicações de acontecimentos, mas necessitam de compreensão de fenômenos sociais. A compreensão exige contextualização – histórica, social, econômica, ecológica. Ao mesmo tempo, os esforços de compreensão proporcionam oportunidades de reflexão sobre aspectos morais de qualquer fenômeno social em foco.

Diante desse quadro, tenho levantado a discussão em torno da *humanização vs desumanização* do jornalismo. A maioria dos estudos que perseguem tal propósito prioriza a forma. A linha da humanização do relato ou do chamado jornalismo literário (LIMA, 1993), menciona como características a criação e a valorização de personagens, o protagonismo, a construção de histórias de vida, a exposição de diálogos, entre outros recursos narrativos. Minhas pesquisas têm evidenciado que estes esforços não são suficientes, pois há reportagens bem construídas, repletas

de personagens e diálogos. No entanto, numa abordagem totalmente equivocada, carregam estigmas e preconceitos; ainda que bem estruturadas (esteticamente), incorre-se em sérios deslizes éticos, o que desumaniza os protagonistas – seres humanos.

Tem sido recorrente encontrar material jornalístico em que os direitos à cidadania não são reconhecidos. Conforme Pinsky e Pinsky (2008), exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais. Carvalho (2013) esclarece que se tornou costume desdobrar a cidadania nesta tríplice esfera de direitos. O cidadão pleno seria aquele titular dos três direitos e os que não se beneficiam de nenhum dos direitos seriam *não-cidadãos*. Segundo o autor, os *direitos civis* são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Tratam da garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal regular. Já os *direitos políticos* são aqueles que se referem à participação do cidadão no governo da sociedade. Seu exercício é limitado à parcela da população e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado. Os *direitos sociais* incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. A garantia de sua vigência depende da existência de uma eficiente máquina administrativa do Poder Executivo, que deveria assegurar tais direitos por meio de políticas públicas (CARVALHO, 2013).

A identificação e o reconhecimento dos direitos à cidadania me parecem ser o ponto de partida para a humanização no Jornalismo. Ao negligenciar esses direitos, setores conservadores da Imprensa, primordialmente da chamada imprensa hegemônica, colabora para a manutenção e a naturalização das diferenças. Grupos sociais inteiros são marginalizados por essa postura. Como exemplo, podemos citar questões emergentes como:

Temas	Abordagem em setores conservadores da Imprensa
Questão indígena	Não tratada como fenômeno sociocultural, de direitos históricos. Índio é invasor, agressivo, transgressor do direito à propriedade, representa um atraso ao progresso.
Pessoas em situação de rua	Sua existência não é vista como problema crítico pela falta de políticas públicas para a moradia e à dignidade. Há “moradores de rua” que incomodam trabalhadores, pessoas de bem, turistas.

Questões étnico-raciais	Sejam africanos, haitianos e, agora, venezuelanos, sua presença é inoportuna e vista como problema, não como fenômeno social, situação emergente, de pessoas que também merecem ser tratadas com dignidade.
-------------------------	---

Esses poucos exemplos já levantados em pesquisas anteriores me possibilitam inferir que merece atenção perscrutar razões, motivações para tal visão dos fatos e o conseqüente comportamento hostil. Além de aprofundar o conhecimento e a crítica sobre as ideias da Modernidade com relação aos direitos humanos e à cidadania, proponho-me a compreender e criticar o componente ético-epistemológico inerente ao processo jornalístico. Ao desafio ético (visão de mundo) a que se refere Medina integra-se a preocupação epistemológica. Por Epistemologia entendemos como o ramo da filosofia interessado na investigação da natureza, fontes e validade do conhecimento. Entre as questões principais que tenta responder estão as seguintes: O que é o conhecimento? Como nós o alcançamos? Podemos conseguir meios para defendê-lo contra o desafio cético? (GRAYLING. A.C., 2007). Se aceitarmos o Jornalismo como uma forma de conhecimento (PARK, 1976; GENRO FILHO, 2012), podemos deduzir que o Jornalismo se configura como uma *Epistemologia específica*, que trata de levar em conta uma disciplina intelectualmente constituída em unidade bem definida do saber e de estudá-la de modo próximo, detalhado e técnico, mostrando sua organização, seu funcionamento e as possíveis relações que ela mantém com as demais disciplinas (JAPIASSU, 1977). Os fundamentos ético-epistemológicos do Jornalismo, como objetividade, verdade, interesse público, etc., parecem, portanto, constituir uma “disciplina intelectualmente constituída” numa *epistemologia específica*.

Por isso mesmo, torna-se necessário compreender mais e melhor esses fundamentos ético-epistemológicos para tentar entender as razões e motivações sobre o comportamento da Imprensa, como me referi anteriormente. Para tanto, devo lançar meu olhar para algumas frentes: avançar na observação e análise de reportagens com vistas à cidadania e aos direitos humanos; consultar profissionais e especialistas para entender formações ético-políticas, influências socioculturais, histórias de vida, entre outros fatores, que possibilitem ter melhor visualização de seus perfis – que reflitam para um bom ou para um mau jornalismo. Dessa forma,

pretendo avançar na construção de uma crítica ao pensar e ao fazer jornalísticos com vistas aos processos de humanização/desumanização.

5. Metodologia:

Para a consecução das propostas desta pesquisa, me concentro nas obras de Comparato, Santos, Morin assim como, Carvalho, Pinsky e Pinsky, além de bibliografia correlata que permitam diálogo, aproximações, complementaridades e eventuais contradições. Nesta etapa recorro ao método filosófico de Dominique Folscheid e Jean-Jacques Wunenburger. Este oportuniza “desenvolver um conjunto de análises e de raciocínios, sustentados pela referência a autores clássicos, para dar ensejo, no final, a uma tomada de posição afirmada sobre o tema proposto” (1997).

Em seguida, deverei correlacionar tais estudos à práxis jornalística para interagir reflexão e ação. Aqui, recorro à Análise Crítica da Narrativa, de Luiz Gonzaga Motta. Por seus critérios, busca-se analisar as estratégias narrativas dos textos, já que estas advêm de “um permanente jogo entre as intenções do jornalista e as interpretações do receptor” (Motta, 2013). Como aliada a esta metodologia, devo também contar com os recursos da Análise de Enquadramento, proposta por Erving Goffman e disseminada no Brasil por vários autores, entre eles Murilo Cesar Soares (2006).

Como terceira preocupação, vou estabelecer uma lista de jornalistas e especialistas que possam ser consultados para se conhecer razões e motivações que determinam o comportamento da Imprensa aqui questionado. Para este fim, recorro à entrevista em profundidade, conforme os estudos de Jorge Duarte (2006).

Ao final devo sistematizar os estudos com a construção da crítica à postura da Imprensa diante de questões sociais emergentes. Também deverei elencar alguns temas para serem problematizados e originar novos projetos de pesquisa e desenvolvidos oportunamente.

6. Alcance, Resultados, Contribuições e Metas:

1. Relatório de pesquisa – que poderá ser apresentado na forma de trabalhos em congressos como Intercom, SBPJor;
2. Produção científica – pelo menos dois trabalhos a cada período com ênfase em aspectos distintos;
3. Capacitação e reflexão – possibilitar a elevação de minha capacitação para a oferta de disciplinas junto ao PPGJOR-UFSC, assim como na orientação de mestrandos e doutorandos.
4. Problematização – temas problematizados que possam inspirar novos projetos de pesquisas.

7. Cronograma (1º de março/2019 – 28 de fevereiro/2022):

Atividades/tempo	2019	2020	2021	2022
Revisão bibliográfica				
Definição de amostra e análise de material jornalístico				
Entrevistas em profundidade com jornalistas e especialistas				
Produção de artigos e outros trabalhos				
Problematização de temas para outras reflexões				
Elaboração de relatórios				

8. Referências bibliográficas

- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil - O longo Caminho**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo**: Buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 1994.
- DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, J. BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- FOLSCHEID, Dominique; WUNEMBURGER, Jean-Jacques. **Metodologia filosófica**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: Para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.
- GRAYLING, Anthony Clifford. Epistemologia. In: BUNNIN, Nicholas; TSUI-JAMES, E. P. **Compêndio de Filosofia**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 2007, p. 41-62.

JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

LIMA, E. P. **Páginas ampliadas**: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo**: Da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

_____. **A arte de tecer o presente**: Narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora UnB, 2013.

ONU – Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>.

PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento. In: STEINBERG, Charles (Org.). **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1976.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SILVA, G. Para pensar critérios de noticiabilidade. In: SILVA, G.; SILVA, MP.; FERNANDES, ML. **Críticos de noticiabilidade**: Problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014.

9. Bibliografia preliminar

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia (Orgs). **Cidadania, um projeto em construção**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil - O longo Caminho**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CANCLINI, Nestor G. **Culturas híbridas**: Estratégias para entrar e sair da modernidade. 2ed. Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: Edusp, 1998.

CANELA, Guilherme. **Políticas públicas sociais e os desafios para o Jornalismo**. São Paulo: Andi/Cortez, 2011.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**: A ciência, a sociedade e a cultura emergente. 9ed. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1993.

_____. **A teia da vida**: Uma nova compreensão dos sistemas vivos. 9ed. Trad. Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 2000.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo**: Buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 1994.

CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean de. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular, Brasília: FAC Livros, 2016.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 2ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade**: Para uma ética da informação. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

DUARTE, J. BARROS, A. (Orgs). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DUSSEL, Enrique. **Para uma ética da libertação latino-americana** – Vol II – Eticidade e moralidade. Trad. Luiz João Gaio. São Paulo: Loyola, 1977.

_____. **Filosofia da libertação**: Crítica à ideologia da exclusão. Trad. Georges Maissait. São Paulo: Paulus, 1995.

FIDALGO, Joaquim. **O jornalista em construção**. Porto/PT: Porto Editora, 2008.

FOLSCHEID, Dominique; WUNEMBURGER, Jean-Jacques. **Metodologia filosófica**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: Para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido**: Fundamentos da ciência dos jornais. Trad. Liriam Sponholz. Petrópolis: Vozes, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2011.

HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo. **Sistemas de media**: Estudo comparativo. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27ed. São Paulo: Cia das Letras, 2014

KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: O que os jornalistas devem saber e o público exigir. 2ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo**: Da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

_____. **A arte de tecer o presente**: Narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

_____. **Ato presencial**: Mistério e transformação. São Paulo: Casa da Serra, 2016.

MESQUITA, Mário. **O quarto equívoco**: O poder dos media na sociedade contemporânea. Coimbra: Minerva, 2004.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Trad. Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2006.

_____. **Ciência com consciência**. 3ed. Trad. Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dóris. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.

_____. **O método 3**: O conhecimento do conhecimento. Trad. Maria Gabriela da Bragança. 2ed. Mem Martins/Pt: Europa América, 1996.

_____. **O método 5**: A humanidade da humanidade. Trad. Juremir Machado da Silva. 5ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora UnB, 2013.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. Porto/PT: Porto Editora, 2005.

ONU – Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>.

ORTIZ, Renato. **Mundialização da cultura**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (org). **História da cidadania**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2003.

PULEDDA, Salvatore. **Interpretaciones del humanismo**. Trad. Mónica B. Brocco. Cidade do México: Plaza y Valdés, 1996.

RESTREPO, Luis Carlos. **O direito à ternura**. Trad. Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1998.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do Iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SAID, Edward. **Humanismo e crítica democrática**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Cultura e imperialismo**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **Representações do intelectual**. Trad. Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **Humanismo e democracia**. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 7ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências revisitado**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. (Org). **Reconhecer para libertar: Os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Porto: Afrontamento, 2004.

_____. (Org). **As vozes do mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs). **Epistemologias do sul**. 2ed. Coimbra/Portugal: Almedina, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUÍ, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, G.; SILVA, MP.; FERNANDES, ML. (Orgs). **Critérios de noticiabilidade: Problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2014.

SOARES, Murilo Cesar. Análise de enquadramento *in* DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel. **O império do grotesco**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira: Para entender o país além do jeitinho brasileiro**. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. 6ed. Trad. Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes, 1994.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo – Vol. 1 – Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo – Vol. 2 – A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.